

REINVENÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NA FRONTEIRA ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Cristiane Natalício de Souza¹

Resumo: Este artigo analisa a flexibilização do trabalho, reinventado como tradição na modernidade, a partir da realidade concreta do mercado da tecelagem em Resende Costa, MG. A discussão contrapõe a tese de Anthony Giddens, que defende a “invenção da tradição como mecanismo de poder”, à proposta de Ricardo Antunes, que relaciona inovação, criação de valor e desumanização do trabalhador. Concluímos que os poderes recriados pela tradição podem revelar múltiplas tensões e rupturas do trabalho subordinado à lógica da sociabilidade.

Palavras-chave: Trabalho flexível. Tradição. Capitalismo. Poder.

REINVENTING FLEXIBILIZATION OF WORK ON THE BORDER BETWEEN TRADITION AND MODERNITY

Abstract: This article analyzes the flexibility of the work reinvented as a tradition in modern times, based on the concrete reality of the weaving market in Resende Costa, MG. The discussion opposes the thesis of Anthony Giddens that defends the “invention of tradition as a mechanism of power” with the proposal of Ricardo Antunes that relates innovation, value creation and dehumanization of

¹ Graduação e mestrado em Economia Doméstica pela UFV; doutorado em Ciências Sociais pela PUC Minas, com doutorado sandwiche na Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, México.

Graduação em Serviço Social - em curso na UFJF.

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa, MG.

E-mail: Cistiane.souza@ufv.br

ORCID: 0000-0002-7534-2481

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/2191924385202147>

the worker. We conclude that the powers recreated by tradition can reveal multiple tensions and ruptures in work subordinated to the logic of sociability.

Keywords: Flexible work. Tradition. Capitalism. Power.

Introdução

Este artigo problematiza a reinvenção da flexibilização do trabalho sob a lógica da sociabilidade capitalista contemporânea, tomando como referência as configurações do trabalho artesanal, ressignificado como tradição. Esta investigação problematiza propostas teóricas como a de Anthony Giddens (2002, p. 49), para o qual a tradição carregada de memória é muito acionada por grupos, comunidades ou coletividades “como meio de poder e hegemonia”, considerando limites dos poderes da tradição que aciona “ocupações urbanas não assalariadas”, decorrentes da “incompletude da sociedade salarial” e que mantêm “enorme excedente de mão de obra com salários reais decrescentes” (POCHMANN, 2004, p. 12-13). A flexibilidade ou flexibilização do trabalho considerada nesta pesquisa consiste, conforme Antunes (2018, p. 141), “na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”.

Esta discussão ganha relevância tendo em vista a crise estrutural e permanente do padrão de acumulação capitalista e a difusão do neoliberalismo, que têm mobilizado mudanças materiais e ideias para incentivar trabalhos autônomos precarizados e sem direitos, para naturalizar essa forma de trabalho. A valorização da produção artesanal como tradição, por exemplo, tem contribuído para elevar “o total das

exportações da indústria criativa” e, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto (PIB) gerado por essa economia (69,8%), superior ao PIB brasileiro (36,4%) entre 2002 e 2014 (SANGUINET, 2016, p. 288).

A análise crítica da dinâmica do trabalho artesanal nesta pesquisa foi orientada pela inserção no mercado da tecelagem de Resende Costa, MG, em 2016 e nos primeiros três meses de 2017. Esta pesquisa buscou dissecar essa realidade em sua essência e identificar, em sua concretude, elementos sociais, políticos, econômicos e ideológicos, sem perder de vista a permanência de movimentos e contradições dessa realidade enquanto processo. As informações de fontes primárias foram apreendidas por meio de entrevistas com um total de 16 informantes, inseridos na cadeia de artesanato, na condição de lojistas (seis casos); comerciantes domiciliares (dois casos); tecedores terceirizados (três casos); tecedores autônomos (um caso); trabalhadores terceirizados que preparavam matérias-primas para tecelagem (três casos) e um funcionário do setor de turismo da Prefeitura. A seleção dos informantes e a representatividade da amostra foram determinadas no decorrer da investigação, tendo como referência os “procedimentos dos atores redes em conexão”, que, segundo Latour² (2012, p. 51;56), estão sempre mapeando o conteúdo social em que estão inseridos e oferecendo, ao analista, um arcabouço teórico de como pretendem ser estudados. A pesquisa baseou-se em depoimentos desses informantes e na realidade observada para apreender a natureza relacional do trabalho artesanal na estrutura oculta

² A teoria do ator-rede de Latour (2012) foi utilizada para mapear os informantes, já que foram os próprios entrevistados que trouxeram à tona os atores que estavam em conexão na cadeia de produção e comércio de artesanatos de Resende Costa. Mas sem perder de vista a construção desses sujeitos históricos na tessitura das relações sociais capitalistas.

da nossa sociedade, à luz da teoria social crítica marxista, com suas categorias de totalidade, movimento e contradição.

Trabalho artesanal como tradição: entre a resistência e a precariedade

Esta parte do artigo busca contextualizar teoricamente o trabalho artesanal³ e o desenvolvimento do capitalismo para, em seguida, apresentar razões pelas quais esse trabalho manual não desapareceu no Brasil e, inclusive, permaneceu, em muitos casos, sob a forma de tradição.

De acordo com Lima (2011, p. 325), o trabalho artesanal foi “durante milênios o único modo que se tinha de fazer objetos”. A partir do trabalho artesanal, o homem tinha a liberdade de planejar, experimentar e aprimorar novos meios, novos instrumentos e novas técnicas para produzir resultados mais criativos e qualificados. Quanto mais ampliava a gama de possibilidades de realização do trabalho, mais o trabalhador expandia o seu campo de previsibilidades para garantir condições de sua existência. Segundo Marx (2017), em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, para expandir a sua lucratividade, houve uma transição dos padrões de produtividade artesanal para a produtividade manufatureira e, em seguida, para a produtividade da grande indústria.

Na produção capitalista, os conhecimentos e as habilidades dos trabalhadores, construídos ao longo de anos de experiência, fo-

³ Atividade produtiva de valor social, cultural e econômico, exercida geralmente de modo informal, por grupos de produção espalhados por todo o Brasil e pela América Latina (KELLER, 2014, p. 326).

ram substituídos por maquinarias, que passaram a economizar trabalho vivo e a exigir força de trabalho com capacidade apenas para operar tecnologias. A desespecialização da força de trabalho esvaziou as dimensões concretas do trabalho, na medida em que priorizou movimentos repetitivos (MARX, 2017).

Nessa forma de produção, “o capitalista remunera menos ao trabalhador do que o valor que ele cria, para ganhar mais do que investiu”, ou seja, o trabalhador produz muito mais do que o valor que recebe na forma de salário (MARX apud NETTO; BRAZ, 2012, p. 113). No cálculo do valor do salário (meio para a extração do lucro), considera-se o tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o mínimo para o trabalhador sobreviver e se manter como força de trabalho ativa, para produzir e reproduzir o capitalismo. O capitalista paga os custos fixos de produção e o salário e se apropria do excedente de produção (extração de mais-valia), que só existe condicionado à expropriação da força de trabalho. Nesse sentido, “o capital constante é uma condição necessária para produzir mais-valia, porém quem cria mais-valia é exclusivamente a força de trabalho” (Idem, 2012, p. 115).

O lucro depende da apropriação privada da riqueza produzida coletivamente, pelo conjunto dos trabalhadores, que recebem, na forma de salário; uma ínfima parte da riqueza que produzem. Nessas condições, o trabalho concreto como ontologia do ser social aparece subjugado ao trabalho abstrato, ou seja, ao trabalho igualado e homogeneizado (não interessa se o trabalhador trabalha oito horas para produzir pão ou armas) para produzir mais-valia, valor e lucro e, conseqüentemente, garantir a acumulação capitalista (NETTO; BRAZ, 2012).

A produção industrial alcançou a sua expansão plena nos países de capitalismo central, com o fordismo/taylorismo, que favoreceu a produção massificada de mercadorias homogêneas e padronizadas (ANTUNES, 2002). Esse crescimento econômico permitiu, inclusive, atender às pressões e resistências dos trabalhadores, com a regulamentação de políticas sociais que, além de validarem a sociabilidade capitalista, liberaram parte do salário do trabalhador para o consumo e a realização da mercadoria.

Mas, em decorrência da “crise estrutural do capital”, esse padrão de acumulação fordista/taylorista foi substituído pelo chamado “toyotismo/ohismo”, inicialmente implementado na indústria automobilística japonesa e transferido aos países do ocidente, a partir do neoliberalismo (ANTUNES, 2009, p. 37). A saturação do consumo no fordismo, a dificuldade de realização das mercadorias massificadas e a sua superacumulação nas indústrias, bem como a insatisfação dos trabalhadores que passaram a questionar o consumismo excessivo às custas da opressão extrema no trabalho foram ocorrências que impulsionaram a reestruturação produtiva, mediante a introdução do “toyotismo/ohismo” (ANTUNES, 2009).

A reestruturação produtiva global se fez pela introdução de tecnologias no processo produtivo, para darem conta de criar produtos diversificados, que pudessem incentivar o consumo. De um lado, incentivou processos de trabalhos mais automatizados, que exigiram força de trabalho mais qualificada e polivalente para atender as demandas continuamente alteradas. De outro lado, impulsionou a flexibilização do trabalho para reduzir custos da mercadoria, a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto mais lucrativo para o capital, o desemprego, a extração de mais valia relativa, a

redução do valor dos salários, a terceirização e o desmonte dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2002). A alteração da base técnica da produção, ao mesmo tempo em que incentivou a flexibilização do trabalho, criou e incorporou formas de manipulação ideológica ao ideário do trabalhador colaborador gerente, valorizou a lógica da competição e individualidade e fragilizou a luta coletiva da classe trabalhadora contra os mandos e desmandos do capital (ALVES; ANTUNES, 2004).

Segundo Rosângela Barbosa (2007, p. 60), a transferência de tecnologias dos países centrais ao Brasil aumentou a partir da década de 1990, sob a promessa de tornar as indústrias brasileiras mais competitivas. Mas essa inovação não teve êxito, já que “a taxa de desemprego aumentou, o volume de renda do trabalho na soma nacional recuou e a variação do PIB foi uma das piores”. Na verdade, esse investimento serviu para piorar o mercado de trabalho brasileiro, que historicamente investiu pouco na indústria de bens de capital e precisou depender, ainda mais, dos países centrais.

A precarização histórica do mercado de trabalho no Brasil tem a ver, segundo Fernandes (1972 apud LIMA, 2017), com a impossibilidade de uma transição autônoma do padrão de acumulação colonial desse país ao capitalismo industrial. Ou seja, “pela inclusão subalter-nizada das economias coloniais na economia mundial e pela manutenção das bases políticas e socioculturais do sistema colonial associado ao impulso da industrialização e urbanização” (LIMA, 2017, p. 354). Fernandes (1972) vai dizer, portanto, que a inclusão, no capitalismo, de países dependentes como o Brasil vai ser articulada pela oligarquia nacional, que buscou, nas “relações patrimonialistas” e no “uso autocrático das instituições oligárquicas”, manter “relações de dominação

ideológica e exploração econômica” e, a partir daí, conseguir apoio dos “setores intermediários” em favor de manter relações com o imperialismo norte americano (Idem, 2017, p. 355).

Conforme Fernandes (1972), essa inserção subordinada do Brasil aos interesses econômicos e políticos dos países de capitalismo central gera a condição de “heteronomia econômica, política e social”, que se reinventa condicionada ao dinamismo do mercado internacional, de maneira a determinar as dimensões estruturais e dinâmicas da economia de mercado no Brasil e suas “particularidades na mercantilização do trabalho”, que não incluem “todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho” (LIMA, 2017, p. 356).

Essa subordinação ao capitalismo mundial tornou a economia brasileira e as condições do trabalho mais susceptíveis às políticas neoliberais praticadas nos países de capitalismo central, que “recomenda, por meio das agências multilaterais (OIT, OCDE, Banco Mundial, FMI), a pauta impositiva e reducionista de direitos” (MORETTO, 2003, p. 242-243 apud BARBOSA, 2007, p. 62). Esse movimento do capitalismo mundial tem servido para desmontar os direitos sociais da Constituição de 1988, conquistados, em grande medida, pela organização política dos trabalhadores, durante a ditadura militar, em favor da redemocratização do país. Essa perda de direitos para o trabalhador brasileiro ganhou maior dinamismo a partir de 2017, com a lei da terceirização e a reforma trabalhista, que, segundo Antunes (2017), alterou 117 artigos dos 900 que compõem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A crise do trabalho formal no Brasil tende a se acirrar com a financeirização do capital, ou seja, com o investimento do volume de capital acumulado em outros setores, para sua própria valoração, quando

o capital acumulado a partir de juros começou a se avolumar, adquirindo primazia brutal após a década de 1970. Essa forma de investimento e rentabilidade de capitais, transformada em tendência, contribui para fragilizar, ainda mais, a produção industrial e o mercado de trabalho formal, gerando uma crise de maior amplitude (OLIVEIRA, 2003).

Em decorrência desse contexto de precarização do mercado de trabalho, que, historicamente, não tem dado conta de absorver a força de trabalho disponível e remunerar bem o trabalhador, o artesanato tende a se adequar aos padrões mercantis estabelecidos na atualidade. O trabalho artesanal praticado no Brasil pelos índios e europeus, como primeiros habitantes desse país, vai ser incentivado em contextos de crise, principalmente, porque o trabalho artesanal organizado, geralmente, no domicílio, exige poucos meios produtivos e investimentos para o seu início.

Para Pochmann (2004, p. 12-13), “a incompletude da sociedade salarial” mantém “enorme excedente de mão de obra com salários reais decrescentes, incentivando diversas formas de ocupações urbanas não assalariadas”. A precariedade dessas formas de trabalho flexível (terceirizados; assalariados da economia informal; por conta própria, muitas vezes, subordinados ao capital e desempregados) tem sido mascarada pelas ideologias que valorizam iniciativas empreendedoras. Nessa direção, estão as propostas teóricas que defendem a reinvenção do trabalho na modernidade, pela tradição.

Em busca de contextualizar a tradição como mecanismo de resistência, este artigo recorre à proposta teórica de Anthony Giddens (2002, p. 49), que reconhece a tradição como criação da modernidade, “que emergiu na Europa a partir do século XVII e que tornou mais ou menos mundial em sua influência”.

Segundo Giddens (2002, p. 20), a tradição vai ser acionada para enfraquecer os riscos da globalização, que provoca a “desestabilização das economias”, já que a tradição faz “ressurgir novas identidades e zonas econômicas e culturais locais em várias partes do mundo” (GIDDENS, 2002, p. 23; 25). Nessa direção, David Canadine (2014, p. 186) contextualizou a reinvenção dos cerimoniais da monarquia britânica na modernidade, realçando a influência “do fascínio, da emoção e da estabilidade” desses eventos na “exploração comercial de louças comemorativas”, que passaram a ser produzidas em grande escala. Como Hobsbawm e Ranger (2014), Giddens (2002, p. 52) reconhece a tradição carregada de memória e autoridade e, por isso, muito acionada por grupos, comunidades ou coletividades “como meio de poder e hegemonia”, principalmente, porque essa condição parece fazer oposição às experiências superficiais e instáveis do cotidiano da vida moderna.

Na perspectiva de Giddens (2002, p. 53), apesar de continuamente modificadas (reinventadas), as tradições são apresentadas em rituais como permanência do passado e, por isso, vinculadas à história mais antiga, já que “o que importa é o modo como a verdade das crenças é defendida ou sustentada”. Com esse entendimento, Giddens (1991, p. 14-15) realça a necessidade de se considerarem, nas culturas modernas, as ocorrências complexas na fronteira do moderno e do antigo, principalmente, tendo em vista que as inovações tecnológicas e os mecanismos de comunicação desvinculam o tempo do “cenário físico situado geograficamente” (GIDDENS, 1991, p. 27).

Já para Antunes (2018), a tradição reinventada por tecnologias tem servido à precarização de trabalho vivo na criação de valor

para a acumulação capitalista. Isso porque substitui as “atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas”, incentivando a proletarização do trabalhador e o trabalho vivo cada vez mais precarizado, bem como piorando as condições já degradantes dos trabalhos flexíveis (ANTUNES, 2018, p. 37-38). Esses argumentos reforçam a necessidade de problematizar a tradição como ideologia que tem contribuído para expandir o que Antunes (2018, p. 83) reconhece como “novas dimensões da teoria do valor” e da desumanização da classe trabalhadora.

Nessa direção, Barbosa (2007, p. 66-67) faz considerações sobre a disseminação de ideias e valores que atuam no convencimento da “sociedade por conta própria”, que mobiliza as virtudes do “empresariamento de pequeno porte” e da diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais. Trata-se da sociabilidade do trabalho de novo tipo, que traz em si nova ética, nova moralidade, novos padrões comportamentais, novas relações sociais e novos aparatos institucionais de difusão, sustentação e legitimação do trabalho fragmentário, volátil e inseguro do capitalismo contemporâneo. Nesse caso, a tradição pode funcionar como mecanismo para legitimar a exploração do trabalhador por conta própria, como expõe a discussão abaixo, construída a partir da pesquisa empírica realizada em Resende Costa, MG.

Artesanato e tradição como resistência e empoderamento?

A tecelagem resendecostense tem sido associada no município como tradição porque permanece desde o período colonial. Conforme os informantes, os saberes da tecelagem foram levados

de Portugal à fazenda de Felisberto Pinto de Goes e Lara, em 1730, durante o ciclo do ouro, quando uma família portuguesa iniciou a produção de tecidos em teares de madeira, manuseados pelos escravos e seus agregados, para fabricarem, manualmente, as vestimentas daqueles que não tinham condições de importar tecidos europeus. Os conhecimentos e as técnicas de tecer foram repassados às mulheres de famílias de pequenos proprietários de terras do local, que transferiram esses saberes à Resende Costa, quando mudaram para essa cidade.

Para os informantes, o comércio do artesanato produzido pela tecelagem repassada como tradição transformou-se em principal atividade econômica do município. Por causa da “projeção desse mercado”, o funcionário da prefeitura entrevistado acreditava “existir no mínimo um tear em cada um dos domicílios da cidade”, ou seja, no mínimo um desses equipamentos em mais de 3.459 domicílios que o IBGE contabilizou em 2010.

A produção e o comércio de artesanatos aumentou em 1981, quando o poder público inaugurou “a estrada asfaltada que interliga a cidade de Resende Costa a uma via (BR383) de acesso a Belo Horizonte, o que facilitou o trânsito nas duas principais rodovias do país: na BR 040 (Washington Luís) e BR 381(Fernão Dias)” (SANTOS; SILVA, 1997, p. 53-54; 58). Esse investimento tornou mais facilitado o acesso ao município e mais conhecida, em outras localidades, a tradição resendecostense de tecer, incentivando o boom de comércios em Resende Costa, em 1990.

Por causa da grande quantidade de compradores de artesanatos que visitavam a cidade, desde 2013, a ASSETURC (Associação Empresarial e Turística de Resende Costa), apoiada pelos lojistas e

pelo poder público local, promove a “Mostra de Artesanato e Cultura de Resende Costa”, em busca de trazer à tona a história que articula cadeia da tecelagem e tradição de tecer em teares manuais. Nesse evento, organizado uma vez ao ano, o estande da tecelagem era montado como cenário central, para gravar, na memória dos visitantes, a originalidade, a resistência e a autoridade da tradição de tecer manualmente, no tempo e no espaço.

Os informantes reconheciam a importância do passado, trazido à tona em suas falas e em cenários da cidade, mas também das inovações que modificaram a cadeia produtiva e comercial desses artesanatos. Ou seja, da substituição das fibras naturais pelos retalhos oriundos das indústrias têxteis. Das tecnologias introduzidas para preparar mais rapidamente as toneladas de fios que eram entrelaçados aos retalhos no tear. Da divisão do processo produtivo em etapas e da especialização dos trabalhadores dessa cadeia em certas atividades da produção, para darem conta de atender demandas dos consumidores. Das tecnologias (computadores, celulares, internet e máquinas de cartão de crédito/débito) introduzidas para manterem as vendas a atacado.

A invenção da tradição, em diálogo com expressões da modernidade, foi condição de mobilidade de tecedores que deixaram a produção para praticarem o comércio em massa de artesanatos (lojistas e comerciantes domiciliares). Esses agentes, identificados como atravessadores, acumulavam grandes quantidades de artesanatos e os negociavam por atacado, com comerciantes de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará, Manaus, Brasília, Conselheiro Lafaiete, Itabirito e Congonhas, que compravam essas mercadorias para revendê-las.

Embora praticado em alguns domicílios, esse comércio era mais comum nas lojas da cidade. De acordo com Santos e Silva (1997, p. 60), desde a inauguração, em 1985, da primeira loja na cidade, mais 24 pontos foram iniciados em 10 anos. Esse número, conforme Silva (2010), quase quadruplicou entre 1995 e 2010, considerando as 94 lojas que ele contabilizou apenas na Avenida Alfredo Penido (entrada da cidade).

Para dar conta de atender demandas desse comércio a atacado, a produção artesanal foi dividida em etapas. Os “lojistas” e “comerciantes domiciliares” geralmente compravam tiras de retalhos de fornecedores da cidade e repassavam esses resíduos têxteis aos “trabalhadores terceirizados”, que enrolavam essas matérias-primas em formato de “bolas”, recolhiam esses materiais e os entregavam, juntamente com bobinas de fios (compradas em comércios da cidade), aos “tecedores terceirizados”. Os “lojistas” e os “comerciantes domiciliares” geralmente coletavam as peças quase acabadas para repassá-las ao “trabalhador terceirizado”, que arrematava as pontas de linhas dos artefatos. Já os “tecedores autônomos” costumavam terceirizar as etapas de preparação dos retalhos e acabamento das peças, bem como comprar bobinas com fios para que, eles próprios, pudessem dar forma a uma diversidade de artesanatos.

Como empresários formalizados, os atravessadores conseguiam manter elevados padrões de vida, aparentes nos seus imóveis e carros de luxo. Mas, para assegurarem esses privilégios, a maioria dos trabalhadores desse mercado precisava continuar trabalhando em condições desfavorecidas. Segundo estatísticas do IBGE (2010), em 88,64% dos domicílios de Resende Costa, a renda *per capita* girava em torno de meio a dois salários mínimos. Em 300 domicílios,

esse valor era de dois a cinco salários mínimos e, em apenas 92 dessas habitações, mais de cinco salários.

De acordo com os informantes, para elevar os faturamentos das vendas a atacado, os atravessadores geralmente contratavam trabalhadores terceirizados (mão de obra para preparar os retalhos e produzir os artesanatos), que recebiam por peça e produziam com meios de produção (retalhos, linhas e teares) desses contratantes.

A terceirização da produção artesanal era a melhor maneira de aumentar os estoques dos produtos a custos mais reduzidos e, por isso, os atravessadores buscavam manter um grupo fixo e qualificado desses trabalhadores. O lojista que faturava em torno de R\$ 6.100 em 1.000 tapetes produzidos por mão de obra terceirizada tinha a sua receita reduzida para R\$ 4.500 quando comprava essas peças de um tecedor autônomo.

Para manter essa terceirização, os atravessadores, mas, principalmente, os lojistas com estabelecimentos comerciais na entrada da cidade, buscavam controlar fontes de recursos e informações. Dificultavam a aproximação entre turistas e trabalhadores da produção e compravam grandes quantidades de matérias-primas para torná-las escassas no município. Principalmente, os lojistas que já estavam há mais tempo no mercado e utilizavam dessa experiência para se fortalecerem diante da concorrência.

Mesmo como principais protagonistas desse mercado, os trabalhadores que teciam em teares de madeira foram submetidos ao valor de troca e à produção de mercadorias em grande escala e recebiam, sob a forma de salário por peça, uma ínfima parte da riqueza que produziam para manterem os benefícios de alguns poucos. O pagamento por peça

seria, conforme Marx (2017, p. 760), “tão irracional quanto o pagamento do salário por tempo”, já que o cálculo do valor pago pela produção de cada peça leva em conta “a quantidade de mercadoria previamente determinada e fixada por experiência” (MARX, 2017, p. 761).

Uma tecedeira entrevistada, reconhecida na cidade como memória viva da tradição, preferia trabalhar como autônoma. Desse modo, ela podia dar concretude às suas diversas criações; ter liberdade de comercializar as suas mercadorias com pessoas de outras localidades que, geralmente, pagavam mais que os empresários locais por cada peça e deixar de se submeter às exigências dos lojistas e comerciantes domiciliares. Mas, mesmo trabalhando na condição de autônoma, como agente desse mercado de peças a atacado, acabava tendo que fabricar peças mais simples. De acordo com essa informante, os conhecimentos da tecelagem não deixavam de ser repassados em Resende Costa, mas com o propósito principal de favorecer o comércio massivo das peças e isso estava desqualificando as condições de trabalho dos tecelões e piorando os seus rendimentos.

Além da hierarquia que privilegiava o lojista e o comerciante domiciliar na relação com os produtores terceirizados, existia escalonamento na própria condição de ser lojista e, por isso, estar nessa posição nem sempre implicava condição de segurança e estabilidade por causa das várias opções de lojas de artesanatos na cidade, que concorriam entre si e com o comércio no domicílio.

Para manter as vendas, os lojistas e comerciantes domiciliares tinham que se submeter às exigências dos atravessadores de outras localidades, que compravam artesanatos para revender. Segundo uma lojista, os comerciantes de outros lugares faturavam em torno de 200% a 300% a mais do que o valor pago nas lojas de Resen-

de Costa. Essas informações estão de acordo com a argumentação de Keller (2014, p. 324-331), para o qual a “identidade societária” do artesanato tem atraído atravessadores externos que, na busca de comprar grandes quantidades desses artefatos, “desvalorizam e subavaliam os produtos artesanais para revendê-los a atacado”.

De qualquer forma, em busca de compensar os prejuízos dessa relação comercial, os atravessadores de Resende Costa aumentavam a apropriação do excedente produzido pelo trabalhador da cadeia produtiva, por meio da expansão da jornada de trabalho e do controle do trabalhador. Alguns atravessadores investiram, inclusive, na aquisição de teares elétricos, que produziam três a cinco vezes mais peças. Nos dizeres de uma tecedeira terceirizada, “os comerciantes estavam preocupados com lucros e não com o ganha pão de muitos trabalhadores que dependiam da tecelagem manual”.

Como afirmaram três lojistas entrevistados, mesmo com a introdução do tear elétrico, esse mercado não podia dispensar o trabalho vivo, já que a cadeia dependia dos trabalhadores que preparavam as matérias-primas, principalmente, porque a demanda por esse trabalho tende a aumentar para dar conta de acompanhar a produtividade do tear. Mas, de qualquer forma, essa tecnologia substituiu o trabalho vivo, que caracteriza a tecelagem como tradição, e mantém o trabalho vivo mais subordinado à acumulação de lucro, portanto, cada vez mais desumanizado.

Considerações finais

Este artigo problematiza a tese que considera a reinvenção da tradição acionada na modernidade como mecanismo de poder,

a partir da perspectiva que trata da flexibilização do trabalho sob a lógica da sociabilidade capitalista.

O referido debate foi construído pela inserção na realidade concreta do mercado da tecelagem de Resende Costa, MG. Nesse contexto, foi possível identificar que a invenção da tradição de tecer em teares manuais coincide com o período de difusão das políticas econômicas neoliberais, que defendem: a restrição da intervenção estatal na regulamentação dos direitos dos trabalhadores, a flexibilidade do trabalho, a transformação do trabalho improdutivo em produtivo e a maior precarização do trabalho por conta própria.

A reinvenção da tecelagem resendecostense como tradição transformou o artesanato em principal atividade econômica desse município, mas às custas da precarização do trabalhador artesanal. Para dar conta de atender demandas das vendas a atacado e elevar rendimentos dos lojistas e comerciantes domiciliares, os artesãos terceirizados tinham que dar conta da produção massificada de artesanatos e, com isso, ficavam impossibilitados de produzirem artefatos mais elaborados e de praticarem os conhecimentos apreendidos ao longo da sua experiência. Isso porque os artesanatos mais elaborados não eram competitivos nesse mercado de comércio de peças a atacado.

Contudo, a reinvenção da tecelagem resendecostense como tradição, que estava contribuindo para o crescimento econômico desse município, foi desnudada em sua essência, a partir da teoria social crítica marxista. Somente por essa análise, que tomou como referência a perspectiva da totalidade, foi possível apreender que a reinvenção da tradição, sob a lógica capitalista, ao invés de garantir poder e hegemonia ao artesão, só se faz condicionada à intensa flexibilização e precarização desse trabalhador.

Referências

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educação e Sociedade**, n. 87, v. 25, mai./ago. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo Antunes. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). In: **Caderno CRH**, n. 37. Salvador, UFBA, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601/11975>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a invenção da tradição. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 2. ed. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KELLER, Paulo F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 41, p. 323-347, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/21342>>. Acesso em: 02 maio 2017.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator rede. São Paulo: EDUSC, 2012.

LIMA, Kátia. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p353/35087>>. Acesso em: 08 out. 2020.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. **Revista Pós em Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 187-210, jan./jun. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/crist/Downloads/593-2080-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 2. Ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v18n2.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SANGUINET, Eduardo Rodrigues. Economia da cultura e economia criativa no Brasil: uma análise conjuntural do mercado de trabalho. In: VALIAT, Leandro; MOLLER, Gustavo. **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV2016EditorialGTEconomiaCriativadigital.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, Micênio Carlos Lopes dos; SILVA, Gustavo Melo. **Tear: artesanato de Resende Costa**. São João Del Rei: FUNREI, 1997.

SILVA, Gustavo Melo. (2010). **Mercados como construções sociais: divisão do trabalho, organização e estrutura social de um mercado em um território municipal**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.